

O PERCURSO DO CONCEITO DE PAISAGEM: DAS ANÁLISES MORFOLÓGICAS A NOVA GEOGRAFIA CULTURAL, DA ÊNFASE AO MEIO RURAL A IMPORTÂNCIA DAS ETNOMETODOLOGIAS

THE PATH OF CONCEPT OF LANDSCAPE: OF MORPHOLOGICAL ANALYSIS TO NEW CULTURAL GEOGRAPHY, OF THE EMPHASIS IN THE RURAL ENVIRONMENT TO IMPORTANCE OF ETHNOMETHODOLOGIES

JULIANO STRACHULSKI

Geógrafo, Mestre em Gestão do Território e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) – Ponta Grossa (PR). E-mail: julianomundogeo@gmail.com

RESUMO:

Em um primeiro momento a análise científica da paisagem vai ganhar destaque com os estudos de Paul Vidal de La Blache, pertencente à escola francesa, o qual vai privilegiar o conceito de região e paisagem, esta analisada através da descrição dos gêneros de vida. No início do século XX com os estudos de Carl Ortwin Sauer, expoente da escola anglo-saxônica, a prática descritiva da paisagem é substituída por uma que é interpretativa, na busca por compreender as maneiras como as pessoas deixavam sua marca na paisagem, analisando suas atividades produtivas e seus assentamentos. A partir da década de 1970 a análise da paisagem é revigorada pelo surgimento da Nova Geografia Cultural, passando a analisar o imaginário, ou seja, o não-material, englobando temas como percepção, representação, experiência, geossímbolos, contudo, sem negligenciar seu aspecto material. A análise da paisagem cultural ganha forças com incremento do aporte das etnometodologias, que vão proporcionar inteligibilidade acerca das percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem, permitindo compreender como as pessoas pensam e agem sobre a paisagem que os permeia e os acolhe, e que é percebida, praticada e vivenciada. O presente texto objetivou mostrar estas várias conotações do conceito de paisagem, que foram surgindo ao longo do tempo, buscando ressaltar a importância do estudo da paisagem cultural no meio rural, e como as etnometodologias podem colaborar para tal análise.

Palavras-chave: Paisagem cultural, meio rural, representações, etnometodologias.

ABSTRACT:

Initially the scientific analysis of the landscape gets highlighted with the studies of Paul Vidal de La Blache, belonging to the French school, which will focus on the concept of region and landscape, this parsed through the description of genera of life. In the early 20th century with the study of Carl Ortwin Sauer, exponent of the Anglo-Saxon school,



the descriptive practice of landscape is replaced by interpretative, seeking to understand the ways in which people leave their mark on the landscape, analyzing their production activities and their settlements. From the late 1970 analysis of landscape is invigorated by the emergence of New Cultural Geography, passing through the imaginary, i.e. the non-material, covering topics such as perception, representation, experience, geossímbolos, however, without neglecting its material aspect. The analysis of the cultural landscape gains strength with an increase of the contribution of ethnomethodologies, providing intelligibility about perceptions and representations of human groups in relation to the landscape that fall, allowing you to understand how people think and act about the landscape that permeates and the hosts, and which is perceived, practiced and experienced. Thus, the present text aimed to show the various connotations of the concept of landscape, trying to emphasize the importance of the study of the cultural landscape in a rural environment, and as the ethnomethodologies can collaborate for such analysis.

Keywords: Cultural landscape, rural environment, representations, ethnomethodologies.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da ciência o conceito de paisagem vem ganhando conotações diferenciadas de acordo com cada momento histórico e mentalidade científica vigente. O presente texto objetivou mostrar estas várias conotações do conceito de paisagem, que foram surgindo ao longo do tempo, buscando ressaltar a importância do estudo da paisagem cultural no meio rural, e como as etnometodologias podem colaborar para tal análise.

Tal conceito apresenta significados objetivos e subjetivos, enfoca o material e imaterial, representação e real, a descrição e a leitura, elementos carregados de símbolos que ressaltam a sua polissemia (Corrêa e Rosendahl, 1998).

Assim, a análise científica da paisagem vai ganhar destaque em um primeiro momento com os estudos desenvolvidos por Paul Vidal de La Blache, pertencente à escola francesa de estudos morfológicos da paisagem, influenciando a geografia agrária francesa com o conceito de região e paisagem, compreendida por ele como o resultado da superposição ao longo da história, das influências humanas e dos elementos naturais, apoiados na noção de gêneros de vida. O método é descritivo e parte da observação dos objetos da superfície terrestre.



No início do século XX ocorre certa evolução em relação ao estudo morfológico da paisagem com os trabalhos de Carl Ortwin Sauer, principal expoente da escola anglo-saxônica. Sauer (1998) propôs a Geografia Cultural, estudando a diferenciação da terra em áreas (paisagens). A paisagem geográfica seria o conjunto das formas naturais e culturais associadas em área, analisadas por sua forma, dando ênfase a difusão de artefatos. Com Sauer a prática descritiva da paisagem é substituída por uma que é interpretativa.

A partir da década de 1970 a análise da paisagem é revigorada pelo surgimento da Nova Geografia Cultural, desenvolvendo um arcabouço teórico que vai além da descrição e interpretação da forma visível da paisagem. Esta passa a ser compreendida também a partir do imaginário, ou seja, o não-material, englobando temas como percepção, representação, experiência, geossímbolos, etc., contudo sem negligenciar seu aspecto material. Privilegia-se o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real (Claval, 2002).

Os elementos que destacados pela Nova Geografia Cultural passam a compor a análise da paisagem são também elementos a serem compreendidos no espaço rural, cuja particularidade cultural está vinculada a íntima relação dos grupos humanos com o meio. Isso implica dizer que há uma cultura arraigada às experiências de seus moradores que evidencia um sentimento de pertencimento e afetividade em relação à terra e, cuja expressão se materializa na paisagem. A sociedade rural, assim, é fundada sobre a apropriação e a exploração da terra, considerada como uma realidade carregada de afetividade e pertencimento.

Corroborando a este pressuposto está a definição de Augustin Berque para o conceito de paisagem, para quem é importante que seja pensado como elemento transformado e transformador-condicionador, sendo marca de ações de grupos humanos e matriz que contempla e exprime aspectos culturais relevantes da sociedade, revela características próprias de determinada cultura (comunidade) seus valores, e perspectivas futuras (Berque, 1998).

Assim, a cultura mostra-se um conceito intimamente ligado ao de paisagem, possibilitando uma análise dos fenômenos que acarretam na constituição desta. E em se tratando do meio rural podem ser paisagens formadas pelas atividades prática referentes à manutenção do grupo, materializadas em formas concretas (como a paisagem das plantações, da pastagem, das construções, etc.), quanto àquelas criadas pela imaginação, crenças, sentimento e memória.

A paisagem cultural, assim, é tanto simbólica como material, pois na visão de Diegues *et al.* (1999) a cultura das sociedades rurais não dissocia o natural do social. Portanto a compreensão das paisagens culturais deve levar em consideração uma imbricação que envolve o meio biofísico local e a capacidade da cultura local em se adaptar a tais condições.

Não obstante a compreensão da paisagem cultural ganha forças com incremento do aporte das etnometodologias, que vão proporcionar inteligibilidade acerca das percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem. Para tanto, geógrafos culturais como Berque (1998) e Duncan (2004) fazem menção às etnometodologias, tais como a fenomenologia e hermenêutica, como possibilidades metodológicas dentro da geografia cultural, que permitem compreender como as pessoas pensam e agem sobre a paisagem que os permeia e os acolhe, e que é percebida, praticada e vivenciada.

2 PAISAGEM, GÊNERO DE VIDA E REGIÃO: CATEGORIAS INVESTIGATIVAS CENTRAIS NAS ESCOLAS GEOGRÁFICAS FRANCESA E ANGLO-SAXÔNICA

Ao longo dos tempos, o termo paisagem vem sendo utilizado pelos pesquisadores, porém em cada época com uma conotação diferenciada, além de que, os objetos de estudo também tendem a ter distintos sentidos, assim, incidindo no surgimento de diferentes perspectivas acerca do termo.

Num primeiro momento, ao final do século XV o termo paisagem ganhou sentido artístico com a arte da pintura, sendo apreendida a partir do ponto de vista da beleza



cênica. Já em meados do século XVII, ainda com um significado pictórico, a paisagem passa a ser entendida como a imagem que representa a observação do meio natural (Claval, 2004).

No início do século XIX o termo paisagem passa a ter um olhar e uma teoria científicos, influenciados pelo pensamento naturalista de Alexander Von Humboldt, que buscava a distinção entre paisagens através das formas de vegetação.

Os estudos biogeográficos de Humboldt como os demais cientistas da época apresentava em suas obras uma grande influência do positivismo, cuja lógica era a prática empírica das ciências, sendo que a paisagem era entendida de acordo com configurações de elementos naturais (solo, vegetação, relevo, etc.), de modo que não cabiam às análises (naturalistas) da época interpretar os grupos humanos e suas ações em seus estudos de paisagem, pois se entendia que os elementos do meio natural determinavam as condições dos grupos humanos (Schier, 2003). A paisagem na visão de Humboldt deveria ser descrita e representada pelo observador, o qual deveria ter um distanciamento em relação ao seu objeto analítico.

Na segunda metade do século XIX desenvolveu-se, com Friedrich Ratzel, na Alemanha, uma concepção da ciência geográfica que buscava incluir os grupos humanos em seus estudos, sendo tal concepção teórica denominada de antropogeografia, cujo objeto geográfico era o “estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade” (Moraes, 2005: 69).

Ratzel buscava compreender a influência do meio sobre os grupos humanos, portanto, influenciado pelo pensamento determinista e evolucionista em voga na época. No entanto, embora os estudos de Humboldt privilegiassem a paisagem como elemento de análise das dinâmicas naturais a escola geográfica germânica liderada por Ratzel entendia o espaço habitado pelos grupos humanos como território, deixando em segundo plano a paisagem como categoria de análise (Schier, 2003).

O território neste contexto era visto como essencial a existência de uma sociedade, e sua expansão era considerada vital ao desenvolvimento de uma nação. Ratzel compreendia que as relações dos grupos humanos com o meio ambiente e os problemas



oriundos de sua mobilidade dependeriam das técnicas que estes dominassem. Tais aceções serviriam para justificar o imperialismo germânico.

Na mesma época, na França, em oposição aos pressupostos de Ratzel apresenta-se a teoria de Paul Vidal de La Blache, representante da escola francesa (a escola das monografias regionais) de estudos morfológicos, o qual concebe os grupos humanos como estando presentes em várias regiões da superfície terrestre. A relação constante destes com a natureza regional proporcionava sua adaptação através da criação de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que empreendidos por eles possibilitavam o uso dos recursos naturais disponíveis em tais regiões.

Assim, La Blache redefine o conceito de gênero herdado do determinismo da escola germânica e o transforma em “gênero de vida”, manifestando relação de equilíbrio entre os grupos humanos e meio construída historicamente (SCHIER, 2003).

A obra de La Blache é marcada pela influência do positivismo, porém há certa tendência ao subjetivismo (os quadros regionais elaborados nas viagens ao interior da França representam a faceta literal e artística deste tipo de investigação), sendo uma das principais características a inter-relação entre pressupostos positivistas dominantes e aqueles subjetivos, pois ele insere os grupos humanos nos estudos de paisagem e região. É também na inter-relação objetividade e subjetividade e no contexto da luta imperial e pela colonização que se configura a contribuição de Paul Vidal de La Blache.

Ele acaba influenciando a Geografia Agrária com o conceito de região e paisagem apoiado na noção de gêneros de vida, sendo que tal abordagem surge em um contexto da França Rural em transformação.

La Blache, mais do que tudo, era um grande defensor de comunidades camponesas. Para ele as paisagens rurais da França camponesa eram uma amostra da importância do ambiente físico como “um princípio subjacente de causação” (VIDAL DE LA BLACHE, 1903 *apud* THRIFT, 1996, p. 218). Concomitantemente elas também mostravam a capacidade das populações camponesas de se adaptar ao meio físico local e moldá-lo ao longo do tempo de acordo com suas necessidades.

Os levantamentos geográficos de regiões predominantemente agrárias naquela época ensejavam o desenvolvimento de uma geografia agrária, buscando-se sintetizar



as informações e as características sobre a estrutura fundiária de uma região, as técnicas de cultivo, arquitetura, instrumentos e as relações de trabalho, etc. Tais estudos retratavam bem a época de uma França majoritariamente rural. O método é descritivo e parte da observação dos objetos da superfície terrestre.

Este método pautava-se na análise dos gêneros de vida, percebidos ao se observar que as comunidades possuíam diferentes formas de manejar as paisagens de acordo com os recursos que dispunham. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida, como o emprego de animais para realizar atividades agrícolas. A paisagem geográfica, neste sentido, englobaria a área de ocorrência de uma forma de vida. Sendo que, a representação do ambiente em que viviam tais populações dava-se pelos *pays*, “conjunto de lugares em que as repetidas práticas agrícolas e outras mais (o que Vidal chamou uma “comunidade de costumes”), se apoderaram da terra” (Vidal de La Blache, 1903 *apud* Thrift, 1996, p. 218).

Contudo, o processo de modernização da agricultura, entendido, como nova etapa de expansão das relações capitalistas no campo, fez com que La Blache se debruçasse sobre as transformações dessas paisagens e regiões e dos seus gêneros de vida.

La Blache foi intensamente criticado pela ênfase que dava às comunidades locais. Pois, durante quase todo o período em que escreveu defendendo tais comunidades, os diferentes modos de vida (gêneros de vida) dos camponeses franceses estavam se desestruturando aos poucos diante da intensificação da entrada do capital (novos investimentos em transportes e a atração gerada pelas grandes cidades) e do estado francês no campo, provocando individualismos (Thrift, 1996).

Assim sendo, La Blache vivenciou e escreveu acerca de um impasse. Ele vivia numa época em que a França estava se modernizando e tornando-se cada vez mais racionalizada. No entanto, ele relembra um mundo em que havia camponeses morando em comunidades rurais e que se sustentavam a partir do que o solo lhes possibilitava.

Através de vários de seus temas, La Blache buscava permitir que o singular ocupasse lugar de destaque na ciência. Alguns destes temas eram correlação, encadeamento de fenômenos, conectividade, etc., reconhecendo aspectos particulares, porém sempre atrelados ao todo (unidade terrestre). No meio do *pays*, certamente Vidal

poderia encontrar esta causalidade contextual, pois era a área em que prevalecia uma relativa ordem local (THRIFT, 1996).

La Blache em suas análises mostra como as paisagens de uma região são o resultado da superposição ao longo da história, das influências humanas e dos elementos naturais (LACOSTE, 1988). A geografia humana, assim, foi compreendida como uma geografia de paisagem, encarregada de entender a relação entre grupos humanos e natureza e não de uma relação entre seres humanos.

A região que é outra categoria central nos estudos de La Blache seria o resultado dos fatos sociais e naturais, não desmerecendo, portanto, a dimensão natural presente na realidade geográfica da superfície terrestre. A relação constante dos grupos com a natureza proporcionava a modelagem das regiões e conseqüentemente a adaptação destes através da criação de um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes (gêneros de vida) que imprimiam às regiões particularidades culturais.

Assim, a região seria “uma escala de análise, uma unidade espacial, dotada de uma individualidade, em relação a suas áreas limítrofes [...]. Pela observação, seria possível estabelecer a dimensão territorial de uma região, localizá-la e traçar seus limites” (MORAES, 2005, p. 87). Porém, “a região não seria apenas um instrumento teórico de pesquisa, mas também um dado da própria realidade. As regiões existiriam de fato, e caberia ao geógrafo delimitá-las, descrevê-las e explicá-las” (MORAES, 2005, p. 86).

Desta forma, La Blache vai privilegiar a análise morfológica da paisagem, embasada em intuição, observação e descrição, sendo a cultura apreendida através da análise das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens, ou seja, dos aspectos materiais, utilizados pelos grupos humanos de forma a modificar o ambiente natural. A cultura é entendida por La Blache como “aquilo que se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens” (CLAVAL, 2007, p. 35).

Já a cultura pertinente para ele seria “aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam” (CLAVAL, 2007, p. 33). Porém, segundo Claval (2007), os gêneros de vida se encarregavam também dos valores, sendo que sua prática se dava em função da subsistência dos grupos, mas também pelo fato de conferir identidade a estes. Desta forma, o gênero de vida possui

“dimensões sociais ideológicas que estão indissociavelmente ligadas a seu aspecto ecológico” (CLAVAL, 2007, p. 35).

Assim, os elementos culturais investigados não possuem sentido se não são analisados sob a ótica dos gêneros de vida, que permitem uma visão geral sobre as técnicas objetos ou modos de habitar das comunidades.

O estudo do gênero de vida, definido por Paul Vidal de La Blache influenciou várias gerações posteriores de geógrafos, dentro e fora da Europa, principalmente aqueles que com ele conviviam ou dele estavam próximos, como Jean Brunhes, Pierre Deffontaines, dentre outros.

Os estudos de paisagem inicialmente focavam a descrição das formas físicas da superfície terrestre, sendo que progressivamente foram sendo incorporadas as ações dos grupos humanos, passando ao enfoque da análise das relações dos grupos com o ecossistema, dedicando amplo espaço a descrição dos gêneros de vida.

Na sequência, nas primeiras décadas do século XX surgem importantes enfoques que possibilitam uma abordagem metodológica mais profunda de compreensão morfológica da paisagem, sendo mais completa do que a proposta de Paul Vidal de La Blache.

Neste sentido, acaba havendo uma mudança em relação ao estudo morfológico da paisagem com os trabalhos de Carl Ortwin Sauer, representante da escola anglo-saxônica de estudos morfológicos. Sem dúvida os estudos de *Sauer*, a partir de 1925 com sua obra *The Morphology of Landscape* (A Morfologia da Paisagem), vão se encarregar de ampliar os estudos acerca de paisagem propostos por Humboldt, Ratzel, La Blache, dentre outros. Sauer foi fundador da Escola de Berkeley (Estados Unidos) e propôs a chamada Geografia Cultural. Tal sub-campo da geografia segundo Sauer (1998) tinha como objetivo o entendimento da diferenciação da terra em áreas (paisagens).

Sauer (1998) definiu a paisagem geográfica como um conjunto das formas naturais e culturais associadas em área. Nesta mesma obra, Sauer estabelece conceitos que fundamentaram a Geografia Cultural, dentre eles destaca-se a valorização da relação dos grupos humanos com a paisagem (ambiente), que por ele é transformada em habitat. Segundo Verdum (2008, s/p) a geografia cultural de Sauer era:



[...] a aplicação da idéia de cultura aos problemas geográficos, os aspectos da Terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação do homem (sociedade). Distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles realizados pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural, considerando-os como paisagens culturais e procurando origens na história cultural. Assim, a cultura ao produzir e reproduzir o espaço, deixa a sua marca visível, o resultado material da interação do homem com o meio: a paisagem ou a paisagem cultural (VERDUM, 2008, s/p).

Da mesma forma como seus contemporâneos, Sauer vê a cultura, num primeiro momento, como:

“o conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior, mas vai mais longe que eles: a cultura é também composta de associações de plantas e de animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo (CLAVAL, 2007, p. 31).

Entre os processos culturais, Sauer e seus seguidores atribuíam maior ênfase na compreensão da difusão de artefatos materiais, técnicas e saber-fazer, pois o estudo da difusão destes elementos permitiria compreender o arsenal à disposição de cada grupo.

Já a paisagem de Sauer era o resultado da ação singular da cultura humana (o agente/formas de uso) e ao longo do tempo (construção do habitat, plantações, etc.) sobre o meio natural (qualidades deste meio). Assim, a paisagem não é concebida enquanto obra da ação humana, mas da cultura em si, como se aquela fosse uma abstração, não existindo por si mesma, pois, como parte da realidade, é apenas uma maneira de se produzir, alterar e observar o espaço (PASSOS, 2004). Propôs também que a paisagem deve ser entendida em sua totalidade, de modo que os elementos desta existam de forma inter-relacionada, e que o estudo dissociado destes elementos não expressaria a realidade da paisagem em sua íntegra (SAUER, 1998).

Com a geografia cultural de Sauer a paisagem deixa de ser descrita e passa a ser interpretada. Assim, as paisagens, “falam dos homens que as modelam e que as habitam atualmente, e daqueles que lhes precederam, informam sobre as necessidades e os sonhos de hoje, e sobre aqueles de um passado muitas vezes difícil de datar” (CLAVAL, 2007, p. 15).



Os principais interesses de Sauer residiam, portanto, “nas maneiras como as pessoas deixavam sua marca na paisagem por intermédio de suas atividades produtivas e os seus assentamentos” (MCDOWELL, 1996, p. 162). Os grupos humanos, desta forma, agem sobre a paisagem derrubando árvores, inserindo plantações, construindo edificações, desenhando vias, implantando cercas, etc., transformando-a, principalmente, através de sua ação sobre a vegetação e o mundo animal (CLAVAL, 2007).

As transformações imprimidas à paisagem não eram livres de consequências ambientais, e se fossem conduzidas de forma imprudente poderiam colocar em risco o equilíbrio do meio ecológico local. Desta forma, Sauer considerava que a capacidade para gerir com sabedoria os recursos ambientais era uma das características principais a partir das quais as culturas deveriam ser julgadas.

Sauer (1998) salienta que a ciência geográfica adquiriria identidade através da escolha de um objeto de estudo e de um método. Segundo ele a geografia deveria estudar aquilo que é evidente, assim como em outras áreas. Para Sauer a evidência se dava quando se estudava a paisagem, devendo esta ser o objeto da geografia. Assim:

Por definição a paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A paisagem é considerada, portanto, em um certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica (SAUER, 1998, p. 23).

Percebe-se que quando Sauer fala da aplicação de um método morfológico, no qual os fenômenos estão agregados e ordenados como formas integradas em estruturas, conclui-se que o estudo comparativo dos dados dessa maneira organizados constitui o método morfológico, caracterizado por sua empiria, deixando de lado o livre arbítrio e as particularidades que caracterizavam a geografia humana até então. Segundo Sauer (1998), se os fenômenos que compõem uma determinada área não estão meramente reunidos, mas realizam trocas e estão em estado de interdependência e em associações, seria a geografia a responsável em descobrir tais conexões e sua ordem implícita.

A tarefa da geografia é concebida assim, como “o conhecimento de um sistema crítico que envolva a fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor a variada cena terrestre” (SAUER, 1998, p. 22).

Neste sentido, Sauer (1988) preocupa-se não apenas com os conteúdos dos fenômenos da natureza, mas com suas conexões, associações e interdependências. A geografia cultural não se restringe a descrição, ela busca neste momento analisar e refletir acerca dos fenômenos da paisagem. Tal visão corrobora em partes com a visão de La Blache, pois ela é relacional, contudo, faz-se inovadora, pois ressalta as ações humanas, mediante cultura, como a máxima expressão do sistema da paisagem, ou cena, pois “a descrição não é de uma cena individual, mas de um somatório de características gerais” (SAUER, 1998, p. 27).

A paisagem é, assim, apreendida enquanto um mosaico constituído de diversas cenas individuais, que ressaltam individualidades de cada paisagem, mas que também mostram uma conexão entre estas.

Segundo Claval (2007) a geografia cultural, da maneira como definiu Sauer, não é feita para as sociedades modernas. Seus discípulos que demonstraram interesse pela América do Norte, como Fred B. Kniffen (1965), buscam compreender a diversidade do hábitat e às práticas agrícolas dos primeiros colonos.

Assim sendo, até a década de 1940, o interesse da geografia cultural, promovida por Sauer e em certo sentido por La Blache, enfocava, às marcas que a cultura traçava nas paisagens ou à noção de gênero de vida. De maneiras diferentes, ambas as abordagens ressaltavam a cultura material (utensílios, instrumentos de trabalho, técnicas, e habitat).

Somente a partir da década de 1970 a geografia cultural vai passar por um processo de renovação, que se embasa, sobretudo, no contexto da valorização da cultura. As preocupações dos geógrafos culturais vão além dos aspectos materiais da cultura. Eles passam a se interessar pela dimensão imaterial, ou seja, atributos subjetivos e simbólicos. Tal desdobramento deve-se, especialmente a uma compreensão mais aprofundada do que seja a cultura e uma maior valorização dos elementos socioculturais.



3 A RESSUBJETIVAÇÃO DA PAISAGEM PARA A NOVA GEOGRAFIA CULTURAL

As pesquisas geográficas anteriores a década de 1970, fundamentavam-se em categorias investigativas clássicas tais como paisagem, região, gêneros de vida. A paisagem era compreendida enquanto o resultado da ação humana que mediante cultura modificava a natureza local e a moldava de acordo com seus interesses, não dando muita ênfase as características culturais dos grupos. Não obstante, a cultura era vista como um todo, quase uma “caixa preta” ao invés de um diversificado conjunto de práticas sociais (MCDOWELL, 1996).

Somente após a década de 1970 há uma mudança de postura em relação ao estudo da paisagem, com a geografia caminhando em direção às ciências sociais e às humanidades. A *New Cultural Geography* ou “escola do paisagismo” como aponta McDowell (1996) teve destaque por considerar o estudo da paisagem ligado às práticas culturais enquanto ações estabelecidas entre os grupos humanos (relações sociais), sendo a paisagem constantemente reproduzida ou alterada. Para Linda McDowell (1996) a cultura, que passa a ter grande importância no âmbito geográfico da contemporaneidade, pode ser definida como:

um conjunto de idéias, hábitos e crenças que dá forma as ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Idéias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de idéias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (MCDOWELL, 1996, p. 161).

A denominada Nova Geografia Cultural, trata de resgatar e ampliar as bases epistemológicas desenvolvidas pela geografia cultural de Sauer, dentre outros pesquisadores de sua época. Amplia também a pauta dos estudos culturais de paisagem, que agora dão grande ênfase a dimensão não-material da cultura, contudo sem negligenciar seu aspecto material.

Surgem novas temáticas como o estudo dos (geo)símbolos de sociedades ou comunidades; o cotidiano das pessoas; as representações espaciais; percepção



ambiental; a religião; identidade; subjetividade; intuição; sentimentos. Privilegia-se o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real (CLAVAL, 2002). A paisagem passa a ser considerada como uma imagem cultural:

“um meio pictórico de representar ou simbolizar tudo o que circunda o ser humano, então pode ser estudada através de vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre a tela, da escrita sobre o papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra, pedra, água, e da vegetação sobre o solo” (COSGROVE e JACKSON, p. 137).

Cada um desses meios revela significados que os grupos humanos atribuem às áreas e aos lugares, tendo em vista também que cada grupo dispõe de grades específicas para ler o real (CLAVAL, 2002). Estes meios permitem relacionar tais significados a outros aspectos e condições da vivência dos diversos grupos humanos, mediante a compreensão de suas visões de mundo. A importância da paisagem é pautada agora sobre a maneira como os grupos veem, compõem e harmonizam o mundo.

Desta forma, para Cosgrove (1998), um dos expoentes da Nova Geografia Cultural, a paisagem é entendida como resultante de um processo permanente e inacabado, que está em contínua transformação. Como argumenta Passos (1997, p. 70), “a paisagem não existe em si, ela é um olhar particular sobre um fragmento da realidade geográfica, uma invenção histórica e cultural”. A paisagem pode ser vista assim como uma abstração, não existindo por si mesma, pois, como parte da realidade, é apenas uma maneira de se produzir, alterar e observar o espaço.

A paisagem também pode ser compreendida enquanto a “configuração de símbolos e signos”, sendo que a linha interpretativa dentro da geografia cultural recente desenvolve “a metáfora da paisagem como “texto”, a ser lido e interpretado como documento social” (COSGROVE e JACKSON 2010, p. 137). Esta metáfora da paisagem como texto vem se mostrando muito atraente para os geógrafos culturais, e segundo Cosgrove e Jackson (2010, p. 138) “vem sendo visível nos vários estudos sobre a interpretação da paisagem”.

A analogia da paisagem como o texto é *mister*, pois passasse a tratá-la como uma expressão da ação humana e de sua criatividade, apontando uma gama expressiva de camadas de significado (COSGROVE e JACKSON, 2010).

Na visão de Corrêa e Rosendahl (1998) o termo paisagem é extremamente polissêmico, e as definições disciplinares a ele atribuídas são tão vagas quanto variadas. A paisagem, assim, mostra-se como um conceito-chave para a geografia, sendo capaz de fornecer unidade e identidade à disciplina, reafirmando o que já havia dito Carl Sauer.

A importância deste conceito ao longo da história do pensamento geográfico tem sido variada, bem como sua ênfase. Segundo Verdum (2008) a paisagem cultural aborda o resultado da imbricação dinâmica entre as características antrópicas, biológicas e físicas sobre a superfície da Terra, alteradas ou não pela ação humana. Numa perspectiva similar Bertrand (1971) entende que:

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (BERTRAND, 1971, p.174).

A paisagem cultural é aquela que expressa de forma mais intensa a relação entre cultura e natureza, grupos e meio, portanto uma definição mais condizente com a incumbência da análise paisagística é aquela que leva em consideração a relação dos grupos com o meio que os rodeia. Para Corrêa (1995, p. 4) a paisagem cultural é “[...] um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza”.

Nas palavras de Ab’Sáber (2003, p. 9) “a paisagem é sempre uma *herança* em todo o sentido da palavra: herança de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades”. A paisagem natural apresenta, assim, relevada importância, pois proporciona, em certo ponto, as condições para que a paisagem cultural seja constituída.

Neste sentido, a relação que uma comunidade possui com o seu ambiente é expressa historicamente pelo seu saber prático implícito ou explicitamente compilado na paisagem “um código genético local, material e cognitivo; produto social da territorialização que se constitui em patrimônio territorial de cada lugar, no qual há uma co-evolução social e natural” (SAQUET, 2007, p. 148). Completando o raciocínio, Passos (1997, p. 72) afirma que “a ciência da paisagem ignora a ruptura entre Geografia Física e Geografia Humana. A paisagem é reflexo da organização social e de condições “naturais” particulares”.

Nesta perspectiva, a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz e, portanto, se transforma, porque há sempre interferências. Essa relação, estabelecida entre sujeito e paisagem, impregnada de sentido é a cultura (BERQUE, 1998).

Para Corrêa (1995) a paisagem expressa à cultura em suas diversas feições, possuindo um enfoque funcional e outro simbólico, compreendendo-a como uma matriz cultural, mostrando proximidade com o pensamento de Berque sobre paisagem. Assim, para Corrêa “[...] as paisagens através de muitos de seus elementos “servem como mediação na transmissão de conhecimentos, valores ou símbolos”, contribuindo para “transferir de uma geração a outra o saber, as crenças, sonhos e atitudes sociais” (CORRÊA, 1995, p. 5).

Para Claval (2007) a paisagem cultural é a humanização criada pelas ações e sentimentos humanos que modificam os espaços ao qual estão inseridos, sendo eles urbanos ou rurais. Nesta perspectiva, a compreensão da relação estabelecida entre comunidade local e meio é revigorada, com a Nova Geografia Cultural, por um conceito de paisagem mais humanizado, de modo que os espaços rurais passam a ser compreendidos enquanto paisagens rurais, as quais representam o lócus da integração entre os recursos naturais, biológicos e a vivência quotidiana da população local e onde se consolida uma determinada cultura.

A paisagem rural da mesma maneira como é condicionada por elementos biofísicos, também é uma construção social, pois é constantemente transformada pela

atividade humana guiada por ideais, anseios e crenças materializados nestas paisagens. Desta forma, a paisagem rural pode ser compreendida como a paisagem cultural por excelência.

Os elementos que destacados pela Nova Geografia Cultural passam a compor a análise da paisagem - experiência, percepção ambiental, intuição, sentimentos, representações - são também elementos a serem compreendidos no espaço rural, cuja particularidade cultural está vinculada a íntima relação dos grupos humanos com o meio. Isso implica dizer que há uma cultura arraigada às experiências de seus moradores que evidencia um sentimento de pertencimento e afetividade em relação à terra e, cuja expressão se materializa na paisagem. A sociedade rural, assim, é fundada sobre a apropriação e a exploração da terra, considerada como uma realidade carregada de afetividade e pertencimento.

Já a representação dos elementos naturais por uma comunidade rural está ligada à forma como esta coletividade se apropria da natureza, a partir do momento que passa a modificá-la por meio de suas práticas produtivas. A ideologização da realidade é levada ao âmbito geográfico por Milton Santos (2006) na ideia de espaço como uma natureza alterada ou a segunda natureza, pois hoje a paisagem natural praticamente não existe mais.

Desta forma, no meio rural percebe-se com mais nitidez, do que em outros meios, a imbricação dinâmica de que indica Verdum (2008), que além de ser dinâmica está em perpétua evolução, e na medida em que um componente é alterado os outros também se alteram. Completando o raciocínio Ribas Vilas (1992, p. 250) assevera que:

El paisaje rural es, portanto, donde más se evidencian las influencias de los tres grupos de elementos (abióticos, bióticos y antrópicos), y en el que pueden presentar un grado de jerarquía similar. Caso distinto del paisaje natural, donde dominan elementos abióticos y bióticos, y del urbano, donde domina los elementos antrópicos (RIBAS VILAS, 1992, p. 250).

Neste sentido, é importante salientar que as comunidades rurais historicamente através da percepção da paisagem e da implantação de suas práticas agrícolas vêm adaptando seus cultivos às condições ecológicas locais, e



desenvolvendo conhecimentos particulares acerca dos elementos paisagísticos. Posto que a transformação da área modificada pela humanidade e sua apropriação para usufruto são de importância fundamental para planejar a forma de uso dos recursos naturais contidos na paisagem.

Portanto, a utilização do conceito paisagem presume abordagem complexa, integrando as vertentes sociais e naturais para a compreensão do fenômeno, possibilitando o entendimento de como as coletividades se relacionam com o meio. Assim, a partir da análise da paisagem é possível estabelecer perspectivas quanto às formas de uso e apropriação de certos recursos naturais, a melhor forma de se realizar estes usos, e prever os possíveis problemas ambientais que serão gerados por tal exploração.

Neste sentido, é *mister* destacar a paisagem como uma marca, que expressa a existência de determinados grupos humanos por suas ações materializadas e que deve ser descrita, inventariada e apreendida. É também uma matriz que contempla aspectos culturais relevantes da sociedade, exprime características próprias de determinada cultura (comunidade) seus valores, percepções e perspectivas futuras, sendo valorizada por uma experiência, julgada e reproduzida por visões de mundo inerentes a cada grupo, variando no tempo e espaço, portanto, significada e construída (BERQUE, 1998). As paisagens, assim, estão marcadas pela subjetividade do mundo construído pelos grupos humanos.

A importância da análise da paisagem pode ser vista na compreensão da valoração de determinados elementos do meio biofísico (solo, plantas, etc.) por parte de agricultores, a associação entre ambos, e de como o manejo destes pode alterar a paisagem local. Possibilita desvendar porque determinadas práticas são mais utilizadas e outras menos ou porque determinadas áreas recebem um manejo diferente em relação a estas práticas.

A análise da paisagem rural auxilia também no entendimento de como determinados eventos naturais podem ser intensificados pela ação humana, como por exemplo, processos erosivos em áreas de lavoura. Isto se torna possível, mediante a análise dos instrumentos e técnicas de trabalho empreendidos pelo agricultor, que vão



acabar resultando na diversificação dos agroecossistemas e paisagem rural como um todo.

Os instrumentos e técnicas são guiados por uma visão de mundo (racionalidade) construída por uma experiência com o meio, típica de grupos camponeses, que possuem uma percepção singular do meio em que vivem e que são guiados por uma intuição, que os faz valorizar ou desvalorizar determinada paisagem. Na medida em que a relação entre ambos (agricultores e meio) torna-se mais harmoniosa, menos profundas são as alterações no meio biofísico e sociocultural local, e maior é a valorização atribuída pelo agricultor a esta paisagem que é internalizada por ele. Completando o pensamento Claval diz que:

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia (CLAVAL, 2007, p. 219).

De tal forma, compreende-se que as ações, percepções e aspirações materializadas na paisagem rural vão estabelecer os padrões de transformação desta paisagem pela agricultura, conferindo a ela um caráter dinâmico, a partir da interação entre os elementos biofísicos e socioculturais.

A paisagem sob o enfoque das representações espaciais aparece desta maneira como um tipo particular de representação, uma concepção coletiva específica de modelos de pensamento do mundo real geográfico. Nesse sentido, “a teoria da paisagem permite o estudo objetivo de uma categoria de representações: as paisagens culturais” (BONIN, 2004, p. 5).

4 O ESTUDO DA PAISAGEM CULTURAL PELO VIÉS DAS ETNOMETODOLOGIAS

Visando compreender as percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem, geógrafos culturais como Augustin Berque (1998) e



James Duncan (2004) fazem menção às etnometodologias, tais como a fenomenologia e hermenêutica, como possibilidades metodológicas dentro da geografia cultural, que permitem compreender como as pessoas pensam e agem sobre a paisagem que os permeia e os acolhe, e que é percebida, praticada e vivenciada.

Segundo Bicudo (1997) o método fenomenológico não é considerado dedutivo nem empírico, pois se centra em revelar aquilo que se apresenta, buscando elucidar aquilo que é percebido pela consciência.

Desta forma, podemos compreendê-lo como o estudo do modo como as pessoas percebem os fenômenos a partir do que conhecem e vivenciam (a partir de sua cultura e seu meio ambiente); como sentem e percebem algo; está relacionado com as crenças, práticas simbólicas e com os saberes das pessoas, tendo sua ênfase na descrição do mundo como os grupos humanos o experienciam.

No âmbito geográfico a fenomenologia pode prover contribuições para a compreensão da valorização subjetiva do espaço geográfico e suas paisagens, cujo fio condutor é a análise da essência dos fenômenos mediante uma consciência intencional. Seu objetivo não está na negação da existência do mundo material, e sim na compreensão de como o conhecimento do mundo ocorre a partir das intencionalidades. Assim, segundo Holzer (1997, p. 11-12) “o método fenomenológico seria utilizado para se fazer uma descrição rigorosa do mundo vivido da experiência humana e, com isso, através da intencionalidade, reconhecer as “essências” da estrutura perceptiva”.

O mundo a partir da interpretação fenomenológica torna-se o sentido que se manifesta no cruzamento das minhas experiências, e no cruzamento das minhas experiências com aquelas do (s) outro (s), “ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade (...) da experiência do outro na minha” (MERLEAU-PONTY (1994, p. 18). O referido autor ainda completa, “a fenomenologia da paisagem deve revelar o invisível espacial presente no “visível” de cada paisagem, de cada aparição, enquanto “essência”, construindo uma tipologia baseada em sistemas materiais e sistemas de valores” (SERPA, 2013, p. 171).

Tal abordagem propõe compreender como os moradores de uma determinada sociedade/comunidade vivem e produzem/criam as paisagens locais. Segundo Serpa



(2013, p. 174) seria “um convite para se debruçar sobre as dimensões da vida cotidiana e aprofundar o papel das representações nos processos de produção do espaço”.

A hermenêutica, por sua vez, pode ser considerada enquanto uma ferramenta de compreensão da relação do ser humano com suas paisagens, que se apóia na linguagem enquanto meio da experiência de apreensão do mundo, isto é, o domínio onde se realiza a simultaneidade, a análise e a aplicação, interpretação e compreensão, e também o encontro entre o indivíduo e o mundo (CARVALHO e GRUN, 2005).

É a maneira de compreender os meios que o mundo (paisagem) tem de comunicar algo a alguém e porque essa pessoa percebe desta forma e não de outra; é uma narrativa no passado e no presente; visa compreender a história de vida, os discursos e representações sociais dos grupos humanos. A perspectiva hermenêutica desenvolvida por Duncan (2004), por exemplo, permitiu a ele perceber a paisagem como um “sistema de significados”.

Segundo Demo (1995) a hermenêutica se refere à arte de interpretar e compreender a comunicação humana, que se dá mediante linguagem, entendendo esta como o meio mais evidente da experiência hermenêutica. Segundo o mesmo autor:

[...] a hermenêutica é a metodologia da interpretação, ou seja, dirige-se a compreender formas e conteúdos da comunicação humana, em toda a sua complexidade e simplicidade. O intérprete é sempre alguém dotado de bagagem prévia, porque ninguém consegue compreender a comunicação sem deter algum contexto relativo a ela, em sentido prévio (DEMO, 1995, p. 249).

Para Maciel (2002), a hermenêutica aparece como a interpretação de um trabalho discursivo de ordenamento da imagem de mundo, possibilitando por meio dela:

[...] desvendar como o imaginário da natureza é decodificado em valores simbólicos economicamente materializados, pois as práticas espaciais da humanidade não podem ser vistas como meramente racionais. Penetrar nas representações é compreender o espaço tanto através dos processos visíveis, quanto por meio dos aspectos míticos dos lugares, e a paisagem pode ser fundamental nesta conexão obrigatória entre pensamento e imagem (MACIEL, 2002, p. 99).



Desta forma, compreender a paisagem enquanto discurso significa desvendar as representações espaciais que condicionam nossas concepções e imagens do mundo, concebidas como conjuntos de saberes sociais, as verdades do conhecimento coletivo, fundadas na vivência e convivência dos sujeitos com um determinado ambiente (MOSCOVICI, 2003). Por sua vez, Ferrara (1990) enfatiza que representações espaciais são:

[...] os sinais, as marcas que os processos de transformação social deixam no espaço e no tempo contando uma história não-verbal que se nutre de imagens, máscaras, fetiches concretizados em usos, hábitos, valores, expectativas, que por sua vez, se fetichizam em materiais [...] e objetos que povoam o cotidiano (FERRARA, 1990, p. 106).

As representações espaciais nos proporcionam “compreender como o indivíduo ou a coletividade interpreta a realidade de uma sociedade, expressando o conhecimento que cada pessoa ou grupo detém sobre um determinado tema”. (ROCHA e AMORAS, 2006, p. 149).

Representações espaciais é um conceito fortemente influenciado pela noção de “espaço vivido” de Armand Frémont. As representações espaciais, assim, estão relacionadas com processos de valorização e de identificação em relação ao espaço vivido, interiorizado, que explicam as sensibilidades às paisagens (LEMA, 1997). Para Guérin (1989, *apud* FLORIANI *et al.*, 2009, p. 272) representações espaciais são:

“criações sociais de esquemas pertinentes do real”, isto é, “esquemas pertinentes do real, posto que as representações são um guia de compreensão, de comportamento, de organização do espaço”. Mais tarde Gumuchian (1989, p. 30) acrescenta à formulação “criação social”, a expressão “e individual” (Guérin, 1989, *apud* Floriani *et al.*, 2009, p. 272).

O estudo das representações espaciais, na visão de Kozel (2002), busca captar as experiências (temporal, espacial e social) dos grupos humanos, existindo uma relação que pode ser direta e/ou indireta “entre essas representações e as ações humanas, ou seja, entre as representações e o imaginário, revolucionando a gênese do conhecimento,

permitindo-nos compreender a diversidade inerente às práticas sociais, às mentalidades, ao vivido” (KOZEL, 2002, p. 215).

As representações espaciais ligam conceitos e imagens, dando-lhes significados conforme o contexto sociocultural em jogo. Referenciam as imagens de uma paisagem aos símbolos culturalmente reproduzidos em uma coletividade, ressaltando a visão de mundo dos grupos humanos: os geossímbolos, nesses termos, atribuem valores, selecionam elementos e simplificam e dão sentido à realidade vivida.

Os geossímbolos de uma paisagem representam referências para a memória de vários grupos humanos, pois reforçam a identidade local e fortalecem as representações espaciais. A partir das representações do cotidiano (paisagem vivida) e das relações sociais os geossímbolos podem reforçar a ligação dos indivíduos com a paisagem que os envolve.

Neste sentido, os geossímbolos podem ser compreendidos como um conjunto de atributos que estruturam a paisagem por meio de sua dimensão simbólica. Para Bonnemaïson (2002, p. 109) “um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

A compreensão do que seja um geossímbolo permite dizer que as marcas deixadas pelos grupos e os artefatos existentes em qualquer paisagem podem ser consideradas como geossímbolos, cujo lócus de sua existência, segundo Bonnemaïson (2002, p. 124), é “uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos e, em definitivo, o lugar onde se inscreve o conjunto da visão cultural”. As paisagens, assim, apresentam atrativos que prendem a atenção daqueles que as observam, uma vez que ela se constitui na base das representações individuais e sociais dos indivíduos e grupos de indivíduos que constantemente as transformam.

Nessa perspectiva, os geossímbolos podem estar representados por pontos fixos, como construções, caminhos, formas do relevo, rios, árvores, estradas, e itinerários reconhecidos, traçando na superfície uma semiografia engendrada por símbolos, figuras

e sistemas espaciais, que são a “representação [...] da concepção que os homens produzem do mundo e dos seus destinos” (BONEMAISON, 2002, p. 105).

Os geossímbolos, assim, além de atrativos, guardam os significados das paisagens, representando as práticas sociais (materiais e imateriais) e produtivas de uma determinada comunidade ou grupo social. Tais geossímbolos definem, de acordo com Rua (2005, p. 55), “a inscrição da cultura de um grupo sobre seu espaço, enquanto produto de apropriação e valorização simbólica (afetiva)”.

5 CONSIDERAÇÕES

O conceito de paisagem cultural, seus significados objetivos e subjetivos, marca e matriz, material e imaterial, representação e real, elementos descritos, interpretados e compreendidos, carregados de símbolos que ao longo do tempo foram mais ou menos representativos de acordo com o enfoque de cada época, confirmam uma constante: a polissemia e magnitude do conceito apontada por Corrêa e Rosendahl (1998).

Percebe-se que cada abordagem acerca do conceito de paisagem vai possibilitar formas diferenciadas de ler o mundo a sua volta, sendo descrito, interpretado ou imaginado e sentido. Cada abordagem possui um fio condutor segundo o qual os pesquisadores vão construir suas pesquisas

Assim, num primeiro momento com as abordagens morfológicas há uma angústia em descrever e interpretar aquilo que é real, que é visível. Já num segundo momento, com a Nova Geografia Cultural, há um fascínio pela dimensão não-material da cultura, contudo sem negligenciar seu aspecto material, em que vão entrar em jogo elementos como o cotidiano das pessoas, os geossímbolos e as representações espaciais.

Esta polissemia torna-se vital para a compreensão de paisagens rurais, pois no meio rural há uma imbricação que envolve por um lado às características do meio biofísico e por outro os elementos da cultura local, o que acaba gerando vínculos entre as pessoas e suas paisagens que são diariamente renovados e fortalecidos. A paisagem nesta perspectiva permite entender como ocorre à alteração das áreas ocupadas por

determinados grupos, mediante a cultura, ou seja, quais são os pressupostos levados em conta para alterar as paisagens rurais.

Como um elemento de aporte metodológico a análise da paisagem, em meio a mudança no foco de sua perspectiva, com o advento da Nova Geografia Cultural, surgem as etnometodologias (DUNCAN, 2004), que através da análise das narrativas, ou seja, da linguagem, e da forma como as pessoas percebem e vivenciam os fenômenos, proporcionam compreender as percepções e representações dos grupos humanos em relação à paisagem que se inserem e como pensam e agem sobre elas.

A paisagem cultural, assim, é tanto simbólica como material, pois na visão de Diegues *et al.* (1999) a cultura das sociedades rurais não dissocia o natural do social, nas palavras do autor “não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” (material) e o “social” (simbólico) mas sim um continuum entre ambos” (DIEGUES *et al.*, 1999, p. 30).

Enfim, paisagem é um conceito-chave para a geografia, capaz de interagir com vários campos do conhecimento, a partir do qual podemos construir diversificadas abordagens, dependendo do objeto de estudo e do enfoque que se pretende.

6 REFERÊNCIAS

AB' SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 84-91.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global. Esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p. 1-27, 1971.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Sobre a fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V.; ESPÓSITO, V. H. C. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em educação**. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1997. p. 15-22.

BONNEMAISON, Jöel. Viagem em torno do território. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.



BONIN, Sophie. Au delà de la représentation, le paysage. **Revue Strates-LADYSS**, Paris, n. 11, p. 13-26, 2004. Disponível em: <<http://strates.revues.org/390#text>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura; GRÜN, Mauro. Hermenêutica e educação ambiental: o educador como interprete. In: FERRARO JÚNIOR. L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos**: formação de educador(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 177-187. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2013.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA F.; KOZEL S. (Orgs.) **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 11-46.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Paisagens, texto e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 13-74.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 1-22out. 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato; Rozendahl, Zeni. Organizadores. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In:_____. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.p. 7-11.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-123.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 35-145.

DEMO, Pedro. **Metologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.



DIEGUES, Antonio. Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade. Núcleo de Pesquisas Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Nupaub, 1999.

DUNCAN, James. A Paisagem como sistema de criação de signos. In: In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 91-132.

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo 1993.

FLORIANI, Nicolas; KOZEL, Salete; FLORIANI, Dimas. Representações espaciais: mapeando os saberes vernaculares acerca das paisagens rurais. **Geografia**, v. 34, n. 2, p. 271-286. mai./ago. 2009.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-19, jan./jun. 1997. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6707/4783>>. Acesso em: 3 maio 2013.

KOZEL, Salete. As representações no geográfico. In: MENDONÇA F.; KOZEL S. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 215-232.

LACOSTE, Yves. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

LEMA, Paula Bordalo. Representações espaciais em geografia: da paisagem como objectivo, às lógicas espaciais e modificações do território. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, n. 10, p. 97-119, 1997. Disponível em: <<http://run.unl.pt/handle/10362/8192>>. Acesso em: 21 abr. 2013.

MACIEL, C. A. A. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnosiológica. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 99-117, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/67/65>>. Acesso em: 10 abr. 2013.



MCDOWELL, Linda. As transformações da geografia cultural. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH G. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social** Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 159-188.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia: pequena história crítica. 20. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigação em psicologia social. (Tradução Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2003.

PASSOS, Messias Modesto dos. Eco-história da paisagem. **Boletim de Geografia (UEM)**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 70-83, 1997. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeoqr/article/view/12880/7330>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

RIBAS VILAS, Jordi. Planificación y gestión del paisaje rural. In: Bolós M. (Org.). **Manual de ciência del paisaje**: teoria, método y aplicaciones. Madrid: Masson, 1992. p. 250-262.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da; AMORAS, Izabel Cristina Raiol. O ensino de geografia e a construção das representações sociais sobre a Amazônia. **Revista Terra Livre. AGB**, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 143-164, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N26.pdf>. Acesso em: 28 maio 2013.

RUA, João. “A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica”. **Revista da Anpege**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 45-65, 2005. Disponível em: <<http://www.anpege.org.br/downloads/revista2/resignificacao.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

SANTOS, Milton Almeida dos. **A Natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.



SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3353/2689>>. Acesso em: 5 jun. 2012

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, p. 168-185, 2013. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/geousp/ojs-2.2.4/index.php/geousp/article/viewFile/619/365>>. Acesso em: 22 maio 2013.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH G. (Orgs.). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 215-247.

VERDUM, Roberto. **A Geografia e o estudo da paisagem**. Porto Alegre: Departamento de Geografia da UFRGS 2008. Disponível em: <http://mariorangelgeografo.blogspot.com.br/2008/10/geografia-e-o-estudo-da-paisagem.html>. Acesso em: 7 jun. 2012.

